



RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA 2022-2024: UMA ABORDAGEM DA APLICAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NA ESCOLA MARIA AUGUSTA EM REDENÇÃO-CE

Antonia Karoline Torres Silveira¹

Weslei Da Silva Lima²

Pâmela De Sousa Sá Franco³

Roberto Kennedy Gomes Franco⁴

Ériton Luis Veras Lima⁵

RESUMO

O presente estudo aborda análises feitas a partir de experiências vivenciadas durante o Programa Residência Pedagógica/CAPES/UNILAB/História/Ce. O programa tem como foco aplicação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, bem como o engajamento dos estudantes de licenciatura nas atividades desenvolvidas no âmbito das escolas-campo. Instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no ano de 2018, o programa, é vinculado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Augusta Russo dos Santos em Redenção/CE no Maciço de Baturité. As análises realizadas, são pensadas a partir do aporte metodológico da pesquisa-ação (SEVERINO, 2007), a qual o (a) pesquisador (a) encontra-se inserido no seio do objeto da pesquisa e por conseguinte é transpassado por tudo que a envolve. Os relatos carregam os processos didático-metodológicos os quais proporcionam uma visão ampla do processo, dessa forma podemos perceber como, através dos relatos o processo de formação do professor de História no contexto do programa.

Palavras-chave: Lei 10639/2003; Lei 11645/2008; Programa Residência Pedagógica; Ensino de História.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
karolinetorresbte@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
silvawesley.wesley@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
psgcousa50@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente,
robertokennedy@unilab.edu.br⁴

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
prof.eriton@gmail.com⁵



INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma análise de uma experiência vivida no âmbito do Programa Residência Pedagógica promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e vinculado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, especificamente o Subprojeto História - Ceará. De maneira que, abordamos a implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Augusta Russo dos Santos em Redenção/CE.

Para o desenvolvimento das atividades na escola-campo, o quanto residentes, indicamos que somos acompanhados por um professor-preceptor e são orientados para atuarmos, de forma supervisionada, relacionando o conteúdo curricular básico com as referidas leis.

Cumprir destacar que, propriamente o Subprojeto História-CE tem como foco principal a Lei nº 10.639 de janeiro de 2003, sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, foi de grande relevância para a propagação e valorização da cultura afro-brasileira em nosso país, principalmente no âmbito escolar. Ela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, Lei 9.394 de 1996 e instituiu a obrigatoriedade, no ensino fundamental e médio, seja público ou particular, do ensino de História Afro-Brasileira. Tornando-se uma medida importante para ressaltar a herança africana que constitui a formação da sociedade brasileira desde o período colonial. Esta perspectiva amplia “o parco conhecimento que temos dessa cultura, supõe um novo olhar sobre a história africana e afro-brasileira e suas possíveis relações como o percurso histórico brasileiro” (PEREIRA; SILVA. p. 01).

Peculiarmente, o PRP estabelece uma conexão entre os estudantes de licenciaturas e futuros profissionais docentes com a realidade do chão da escola potencializando ou implementando as leis nº 10.639 e 11.645 pois por vezes ocorre de ser deixada de lado pelo docente ou simplesmente ser tratada como algo exótico, ou seja, algo que ocorre devido a um capítulo do livro específico ou a uma data comemorativa. Atualmente o Programa encontra-se em sua edição 2022-2024, a terceira desde a sua criação em 2018, por ser um processo de formação de novos professores, a principal contribuição do PRP são as experiências vividas pelos estudantes, as quais por meio das reflexões são promovidas pelo preceptor e pelo docente coordenador, a partir delas, desenvolvem métodos e técnicas, inéditos ou não, que podem ser aplicadas no dia-a-dia em sala de aula.

Propriamente a implementação da Lei 11.645/08, no que concerne o Ensino de História, acaba por proporcionar um ensino de uma “história vista de baixo” (THOMPSON, 2012) ou seja, os estudos de classes sociais e culturas que até o início do século XX, permaneceram ocultos, excluídos, ou possuindo papéis secundários nas narrativas historiográficas, que privilegiava os grandes feitos dos homens e do Estado, quase sempre com uma visão eurocêntrica e colonizadora. O estudo de uma história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, quebra com a perspectiva colonizatória e dá a História, o “ponto de vista” de quem fora escravizado, teve suas terras invadidas e foi subjugado.

O Programa Residência Pedagógica - História/CE, nos transformou enquanto pessoas e profissionais, hoje temos uma visão mais ampla sobre o processo de formação dos estudantes, especialmente em nossa atuação nas turmas de 9º ano, onde pudemos perceber os quanto específicos precisamos ser ao abordar os assuntos em sala, que vai desde a explicação de um termo novo, há validação dos conteúdos abordados. Visando a promoção e a conscientização sobre a diversidade cultural, a história dos povos indígenas e afro-brasileiros de maneira significativa, envolvente e cumprindo com os objetivos das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, para uma educação mais inclusiva, antirracista e reflexiva.

METODOLOGIA



A metodologia utilizada para o desenvolvimento das análises do presente estudo é a pesquisa-ação. Pois entendemos que à medida que estamos inseridos nesse processo formativo e debatendo diretamente com o chão da escola nos tornamos parte do objeto. Portanto, é possível analisar e acompanhar a participação dos envolvidos nesse processo, que nos possibilita o conhecimento e presteza em nossas ações na escola-campo.

Indicamos por tanto que corroboramos com Antônio Severino (2007), que explica:

A pesquisa ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la. O conhecimento visado articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Assim, ao mesmo tempo que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas. (p. 120)

Essa metodologia nos permite conhecer e agir no meio em que estamos atuando, ou seja, no coletivo da escola-campo, sempre com a supervisão do professor-preceptor. Desse modo, fundamentado na pesquisa-ação, no presente estudo apresentaremos e buscamos destacar nossas experiências, em processo de formação enquanto discentes e residentes da Licenciatura em História, buscando despertar o senso crítico dos alunos acompanhados no chão da escola através da implementação Leis 10.639/03 e 11.645/08 em paralelo aos conteúdos curriculares básicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 pelos residentes da E.M.E.F. Professora Maria Augusta Russo dos Santos, foram feitas sob observação do professor-preceptor, presencialmente em âmbito de sala de aula.

Destacamos, que mesmo após vinte anos da aprovação da Lei nº 10.639/03, ainda é notório o desconhecimento por parte dos alunos acerca do conteúdo assegurado pela mesma, o que nos impõe grandes desafios, um deles é o retorno às origens dos acontecimentos de maneira que para explicar qualquer assunto sempre precisamos revisar conteúdos para melhor transmiti-los e abordá-los nas turmas em que atuamos demandando parte do tempo-pedagógico. Atuamos em seis turmas de 9º anos, que estão em caráter de tempo integral, sendo as primeiras turmas da escola a passarem pelo processo de integralização, ressaltamos ainda que por estarmos passando pela transição de ensino regular para o integral transformações no dia-a-dia escolar são frequentes, dificultando ainda mais a ação do professor, de nós o quanto atuantes em campo e dos próprios alunos.

Durante as experiências, foi constatado também a impossibilidade de articulação de alguns assuntos, da base curricular comum, fortemente voltada para conteúdos europeus, com as Leis. Nessas situações, nossas regências permaneceram voltadas para o contexto histórico imposto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Indicamos diante disso que, nossas atividades no chão da escola foram permeadas por obstáculos, apesar disso, têm-se o discernimento da importância das inúmeras trocas de experiências que ocorreram durante esse período.

Durante nossas práticas docentes, em maior ou menor grau podemos perceber a implementação das Leis, em regências, a exemplo do conteúdo relacionado a Primeira Guerra Mundial, o qual foi explicado aos alunos como ocorreu a participação do continente africano no envio de soldados para lutar no front da guerra, que ocorria concomitantemente na Europa e África, motivada pela expansão imperialista estabelecida pelas chamadas potências europeias. Com auxílio de um data show projetamos imagens sobre a divisão imperialista, mapas e cartazes de propaganda da época, de forma que os discentes tivessem uma visão mais concreta dos acontecimentos. Na ocasião, também abordamos e debatemos com os estudantes sobre as



atrocidades imputadas aos congoleses durante o reinado de Leopoldo II da Bélgica, o qual tornou o país sua propriedade privada escravizando, torturando e explorando nativos e as riquezas da terra. Tal experiência pode ser avaliada como positiva, já que observou-se além da simples curiosidade, debates sobre racismo, perguntas e dúvidas sobre o conteúdo.

Em outra aula, só que partindo do conteúdo de Segunda Guerra Mundial, as colônias no continente africano continuaram a servir de palco para essa guerra com interesses neocoloniais. Tivemos o cuidado em problematizar como ocorreu a atuação dos países pertencentes ao grupo do Eixo e dos Aliados em seus interesses de extração e exploração dos países africanos e novamente foi observado positiva a participação dos alunos, tanto ao realizarem indagações quanto fazer relações do conteúdo com a realidade local. Visto que a cidade de Redenção-CE possui um forte viés histórico, pois reivindica-se como a primeira cidade a realizar o processo abolicionista no estado. A presença da UNILAB, por se tratar de uma universidade internacional, atrai inúmeros estudantes africanos para a cidade, desse modo pensar em possíveis relações entre os conteúdos estudados e a realidade presente ajudam a potencializar o aprendizado, ou seja ocorre obtemos a práxis educativa (KUENZER, 2017).

Outrora foi abordado a como foi realizada as políticas públicas indigenistas durante a chamada Era Vargas (1930-1945) propriamente durante o Estado Novo (1937-1945), através do movimento que ficou conhecido como a “marcha para o Oeste”. Relatando que o objetivo dessa marcha era o povoamento do Oeste do país, bem como “pacificar” através de uma integração forçada dos povos indígenas a cidadania brasileira. O governo, tinha o interesse de fazer dos indígenas símbolo da nação brasileira. Esta experiência específica foi realizada através de uma metodologia de história comparada, traçando um paralelo com o período do faroeste nos EUA, acrônimo de far west em língua inglesa que significa “para o oeste”. Tal fato, por mais que, ocorrido a motivações diferentes, teve como resultado o genocídio de boa parte dos povos indígenas norte americano.

As leis 10.639/03 e 11.645/08 surgiram em resposta à necessidade de implementar políticas de reparação. Elas não têm apenas o objetivo de substituir um enfoque etnocêntrico europeu por um enfoque africano ou indígena, mas sim de ampliar os currículos e criar as bases para que as escolas possam enfatizar e valorizar a diversidade racial, cultural, econômica e social vivenciada pela maioria dos brasileiros.

Ainda assim, nossas atividades foram se tornaram mais complexas, à medida que era necessário compreender e associar os conteúdos referentes às leis na realidade dos alunos, fazendo eles vislumbrarem um contexto de lutas e resistências que na maioria das vezes era algo novo e diferente do que eles tinham aprendido até aquele momento. Desconstruir é tão complexo quanto construir um conhecimento que já estava posto para eles. Era notório perceber a perpetração de uma história vista de cima, uma História de grandes heróis e vencedores, em detrimento das Histórias dos menos favorecidos, como a da população africana e dos povos indígenas.

CONCLUSÕES

Diante disso, conseguimos aprender e desenvolver experiências que nos ajudarão quando estivermos em campo, já não mais como residentes, mas como trabalhadores da educação. Tivemos bons debates, principalmente nas aulas de História do Brasil e no contexto das duas grandes guerras mundiais, bem como através de oficinas e diálogos que facilitaram a discussão acerca da história indígena e afrodescendente.

Além disso, falar da experiência em si enquanto residentes é complexo principalmente quando percebemos onde cada um precisava melhorar e praticar mais a suas regências e aprimorar naquilo em que se tinha maior dificuldade.



As leis que estabeleceram a necessidade de incluir a história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar brasileiro têm como objetivo auxiliar no processo de reeducação e transformação das desigualdades raciais e conflitos raciais em nossa sociedade, começando pelas escolas. A inclusão na grade curricular abrange a luta, a cultura afro-brasileira e indígenas, além da formação da sociedade nacional, valorizando a contribuição desses povos em todos os aspectos da história do Brasil.

Dessa forma, as diretrizes fornecem e ajustam todo o embasamento teórico e prático, auxiliando as instituições de ensino na implementação de um ensino de História que traz a perspectiva da outra “face da moeda”, de povos que tiveram que manter sob silêncio sua cultura e tradição para sobreviver. É trago à tona palavras, rituais, aspectos culturais e crenças que estão vivas na existência do povo brasileiro, mas de onde esse povo não sabe que veio.

Na escola esse panorama é extremamente necessário não só pelo óbvio, que seria a valorização dessas culturas, mas também pela questão da aproximação dos alunos a histórias e personagens que realmente fazem parte de suas ancestralidades. É a desmistificação de falas e discursos que dizem, por exemplo, “não existem mais indígenas”, é um abrir de olhos, a percepção de que para que a história dos vencedores existisse houve muita luta e opressão.

Sabíamos que seria necessário recorrer aos mais variados meios e recursos para cumprir os objetivos do programa para a implementação das citadas leis. Nesse sentido tínhamos um duplo trabalho, a relação com o livro didático e com a desconstrução, descolonização, dos saberes já adquiridos por eles.

De todos os desafios enfrentados, o que mais nos marcou foi o fato de sairmos da sala de aula da universidade em busca do “chão da escola” e encarar a realidade da educação básica do Brasil, deixando de lado a linguagem acadêmica e entender que os conteúdos estavam sendo passados para jovens e adolescentes que na maioria das vezes nunca tinham tido acesso àquela informação, adentrar nesse mundo e compreendê-los em suas necessidades e a partir daí buscar uma metodologia e uma didática que atendesse as necessidades de cada turma foi laborioso. Após o que já se foi experienciado, o que se pode concluir foi que as dificuldades estiveram presentes nesse processo formativo ajudaram em nossa formação (THOMPSON, 2011) o quanto docentes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela implementação do Programa Residência Pedagógica no subprojeto História/CE vinculado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, pela oportunidade de uma formação ampla, crítica e com qualidade. À Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Augusta Russo dos Santos em Redenção/CE no Maciço de Baturité pela recepção e acolhimento ao longo dessa jornada, ao orientador e professor-preceptor por todas as ensinamentos, trocas e reflexões em nossa caminhada no chão da escola.

REFERÊNCIAS

Braick, Patrícia Ramos. Anna Barreto. Estudar história: das origens do homem à era digital: manual do professor / 3. ed. — São Paulo: Moderna, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em 29 de set. de 2023.



COSTA, Elisangela André da Silva (Org.). Programa Residência Pedagógica: Aproximações iniciais com o PRP - Unilab. Cadernos de Formação - Vol. 2. [recurso eletrônico]. Redenção: UNILAB, 2022.

DIAS, Lucimar Rosa. "Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais - da LDB de 1961 à lei 10.639/03 de 2003". In: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Educação do negro e outras histórias. Brasília, SECAD/ UNESCO, 2005, p. 49- 62.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho E Escola: A Flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. in Educação e Sociedade., Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

PEREIRA, Nilton Mullet. PAIM, Elison Antonio. Apresentação do Dossiê: O pensamento decolonial e o ensino de História. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 11-15, set./dez.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 - Metodologia do trabalho científico - 23 Ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa Vol.01: A árvore da liberdade. Ed. Paz e Terra. São Paulo-SP, 2011.

_____. As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Ed. Unicamp. São Paulo, 2012.